



PROCESSOS	:	6.301-0/2020 (principal) e 18.071-8/2019 (apenso)
PRINCIPAL	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO E FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO
RESPONSÁVEIS	:	DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA – Presidente ALESSANDRA REGINA MARQUES BUENO – Contadora SIMONE BORGES DA SILVA – Coordenadora de Controle Interno
ASSUNTO	:	CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2019
RELATOR	:	CONSELHEIRO GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO

VOTO

51. Com base na competência outorgada a este Tribunal de Contas, após apreciar o posicionamento técnico da Secex de Administração Estadual, as manifestações apresentadas e o parecer do Ministério Público de Contas, passo ao exame das **contas anuais de gestão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso – TJ/MT e do seu Fundo de Apoio ao Judiciário – Funajuris/MT**, relativas ao exercício de **2019**, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Sr. Desembargador **Carlos Alberto Alves da Rocha**.

- DA IRREGULARIDADE CONSIDERADA SANADA PELA SECEX DE ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

52. Conforme já consignado no relatório, a única irregularidade discriminada pela equipe técnica, após apreciação da defesa apresentada, foi considerada sanada.

53. Dessa feita, a fim de contextualizar os fatos, ressalto que, em seu Relatório Técnico Preliminar, a Secex de Administração Estadual detectou inconsistências nos registros contábeis, em razão da diferença de R\$ 93.916,94 entre os valores lançados nas contas Depreciação Acumulada (R\$ 10.840.355,52) e Despesa com Depreciação (R\$ 10.746.438,58), situação essa que impactaria no total do Imobilizado do Anexo 14 – Balanço Patrimonial. Por conseguinte, imputou à contadora do TJ/MT, Sra. **Alessandra Regina Marques Bueno**, a responsabilidade





pelo suposto ato ilegal, em decorrência da sua conduta de ter efetuado o registro contábil questionado.

54. Em sede de defesa, a contadora, preliminarmente, aduziu que a irregularidade narrada é de responsabilidade da Coordenadoria Administrativa – Departamento de Material e Patrimônio, a qual possui, em seu quadro de servidores, os responsáveis diretos pelos registros do ato contábil contestado pela equipe técnica.

55. Destarte, anexou à sua defesa, manifestação do Diretor à época do mencionado Departamento, a fim de esclarecer o ocorrido. Logo, foi explicado que, após solicitar orientação ao setor pertencente à Secretaria de Estado de Fazenda, os valores de depreciação contábil foram devidamente regularizados, sendo que foram geradas novas Notas de Lançamento Automático NLA's. Acresceu que foi emitido o FIP 630/2020 com as devidas regularizações, o que acarretou a conformidade dos relatórios de contabilidade.

56. O então gestor também se manifestou sobre a irregularidade, oportunidade na qual reiterou os argumentos produzidos pela contadora.

57. Por meio de Relatório Técnico Conclusivo, a equipe técnica confirmou que houve a devida correção da falha, razão pela qual concluiu pelo **saneamento** da irregularidade.

58. O Ministério Público de Contas ratificou o pronunciamento técnico.

- POSICIONAMENTO DESTES RELATOR

59. A instrução dos autos demonstra que não há controvérsias no sentido de que a defesa apresentou documentos aptos a atestarem que a divergência contábil foi devidamente regularizada. **Dessa forma, igualmente a equipe técnica e ao órgão ministerial, excluo a irregularidade.**

- RECOMENDAÇÕES SUGERIDAS PELA EQUIPE TÉCNICA





60. Passando para as sugestões de recomendações apresentadas pela equipe técnica, após valorar as justificativas apresentadas pelo gestor e pela Coordenadora de Controle Interno à época, concluo que os elementos contidos nos autos atestam que as determinações e ações previstas foram ou estão sendo cumpridas.

61. Assim, coaduno com o posicionamento do Ministério Público de Contas no sentido de que cabe à Secex de Administração Estadual, mediante acompanhamento simultâneo, analisar o cumprimento das determinações já expedidas por este Tribunal, assim como dos itens contidos nos relatórios do Controle Interno.

- ANÁLISE GLOBAL DAS CONTAS DE GESTÃO DE 2019 DO TJ/MT E DO FUNAJURIS/MT

62. Como se vê, não permaneceu nenhuma irregularidade nas contas anuais de gestão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e do seu Fundo de Apoio ao Judiciário – Funajuris/MT.

63. Além desse fator extremamente positivo, adentrando no aspecto fiscal, convém enfatizar que a instrução dos autos revela equilíbrio financeiro e orçamentário, em razão do superávit de execução orçamentária e da disponibilidade financeira para pagamento de restos a pagar processados e não processados.

64. Outro ponto que merece ser ressaltado é que os gastos com pessoal do Poder Judiciário corresponderam a 4,71% da Receita Corrente Líquida Ajustada do Estado, assegurando o cumprimento do limite máximo de 6%.

65. A par do arrazoado, é legítimo concluir que os aspectos positivos da gestão, somados à ausência de permanência de irregularidade, demonstram que os responsáveis pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, no exercício de 2019, observaram os ditames constitucionais e legais que regulam suas atividades administrativas, financeira, patrimonial e orçamentária.





66. Posto isso, não subsistem dúvidas de que as contas anuais ora apreciadas merecem ser julgadas regulares.

DISPOSITIVO DO VOTO

67. Diante do exposto, com fulcro nos artigos. 47, II, da Constituição Estadual, 1º, inciso II, §1º e 20, da Lei Complementar nº 269/2007 e 192, parágrafo único, da Resolução nº 14/2007, **acolho o Parecer Ministerial nº 276/2021**, da lavra do Procurador-Geral de Contas, Alisson Carvalho de Alencar, e **VOTO** no sentido de julgar **regulares as contas anuais de gestão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e do seu Fundo de Apoio ao Judiciário, referentes ao exercício de 2019**, sob a responsabilidade do **Desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha**, concedendo-lhe **plena quitação**.

70. **É o voto.**

Cuiabá-MT, 5 de outubro de 2021.

*(assinatura digital)*¹

Conselheiro **GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO**
Relator

¹ Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006

